



TRAMA GOLPISTA

Bolsonaro frente a frente com Moraes

Ministro relator interroga, a partir de hoje, o ex-presidente e outros sete réus — que fazem parte do núcleo crucial da tentativa de golpe de Estado. Eles sentarão lado a lado na Suprema Corte, mas não poderão conversar

» LUANA PATRIOLINO
» MAIARA MARINHO

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) inicia, hoje, o interrogatório do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de mais sete réus no âmbito da ação penal que investiga a tentativa de golpe de Estado em 2022. A oitava colcha, pela primeira vez, no mesmo ambiente, desde o final do governo, o ex-chefe do Planalto e os aliados de sua gestão, que fazem parte do chamado “núcleo crucial” do esquema criminoso. Diante deles, estará o relator do processo, ministro Alexandre de Moraes.

O magistrado começará a sessão interrogando o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, que fechou um acordo de delação premiada com a Polícia Federal. Os demais réus serão ouvidos em ordem alfabética. Jair Bolsonaro será o sexto, podendo falar entre terça-feira e quarta-feira. As oitavas podem se estender até sexta-feira.

O ex-ministro Walter Braga Netto não estará presente, porque está preso no Rio de Janeiro e será o único interrogado por videoconferência. A fala será exibida em um telão. O general da reserva terá direito à visita prévia e reservada de seu advogado antes do início do seu depoimento.

O núcleo 1 é chamado de “crucial” na denúncia e abrange a cúpula do governo Bolsonaro. A denúncia aponta o ex-presidente como o líder da organização. Também viraram réus na ação os ex-ministros Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira, além de Anderson Torres; do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ); do ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e do tenente-coronel Mauro Cid.

Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), o ex-chefe do Planalto tinha ciência e participação ativa em uma trama golpista para se manter no poder e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também é apontada uma trama para o assassinato contra autoridades e o apoio aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 como a última cartada do grupo criminoso.

Essa é a última etapa do julgamento dos denunciados do núcleo 1. Concluídos os interrogatórios, o relator declara o voto e os demais integrantes da Turma se manifestam. O trâmite pode levar semanas para ser concluído.

As vésperas do início dos

Cristobal Herrera/EFE | Divulgação/TSE



Jair Bolsonaro tem primeiro encontro com Alexandre de Moraes após virar réu por tentativa de golpe de Estado

interrogatórios, as defesas de Bolsonaro e Braga Netto pediram a suspensão do julgamento até que os réus tenham acesso à integralidade das provas coletadas no curso das investigações. A solicitação foi negada por Moraes, pois segundo ele, todo o material foi entregue para os réus.

Sete dos oito réus respondem por cinco crimes: tentativa de golpe de Estado, organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado e deterioração de patrimônio. Para Alexandre Ramagem são imputados apenas três delitos: tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e organização criminosa. Ele teve as acusações reduzidas após a Câmara dos Deputados sustar outras práticas, por ser parlamentar. No caso de Bolsonaro, pesa a acusação de ser o líder da suposta organização criminosa.

Como será

Os réus ficarão sentados lado a lado em ordem alfabética. Uma das restrições impostas pelo Supremo durante as apurações foi a de que os investigados estavam proibidos de se comunicar. Eles poderão ser dispensados após o interrogatório, mas terão que acompanhar todas as audiências enquanto não forem ouvidos.

Ministros da Primeira Turma também devem acompanhar presencialmente. O colegiado é composto por Cristiano Zanin (presidente), Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Flávio Dino e Luiz Fux. O plenário do colegiado ficará semelhante ao de um tribunal do júri, órgão responsável por julgar crimes dolosos, como homicídios. Na tribuna principal ficarão Moraes, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, que elaborou a denúncia contra os réus, e assessores.

As defesas dos outros corréus e os demais ministros do colegiado também podem interrogar. O interrogatório será iniciado às 14h e poderá acontecer até

às 20h. Caso não seja finalizado na data prevista, o relator agendou o restante da semana para a realização do julgamento.

Na audiência, os réus deverão responder a uma lista de perguntas fundamentais para o julgamento, como: se é verdadeira a acusação apresentada; se conhece a pessoa a quem deva ser imputada a prática dos crimes; onde estava ao tempo em que foi cometida a infração; se conhece as testemunhas e se tem o que alegar contra elas; e se tem algo mais a alegar em sua defesa.

Os envolvidos não poderão conversar entre si, mas não são impedidos de fazer um gesto de cumprimento um ao outro. Eles também têm o direito de ficar em silêncio, de não se autoincriminar, pois a Constituição garante que eles não precisam produzir provas contra si mesmos.

De acordo com a assessoria de imprensa do Supremo Tribunal Federal, a segurança do prédio da Corte será reforçada — uma medida comum em eventos que reúnem autoridades e figuras públicas.

Quem será interrogado

- Jair Bolsonaro (ex-presidente da República) — PGR diz que ele era o líder da organização criminosa e tinha participação ativa na trama golpista.
- Walter Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil) — Vice de Bolsonaro na chapa derrotada de 2022, é acusado de ser o financiador do plano.
- Augusto Heleno (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional) — É acusado de participar de uma transmissão na internet para disseminar fake news sobre o processo eleitoral.
- Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa) — Acusado de endossar críticas às urnas eletrônicas, de instigar o golpe e de apresentar uma versão do decreto golpista.
- Anderson Torres (ex-ministro da Justiça) — Era secretário de Segurança Pública do Distrito Federal em 8 de janeiro de 2023. A chamada “minuta golpista” foi encontrada na casa dele.
- Alexandre Ramagem (deputado federal e ex-diretor da Abin) — Atuou para descredibilizar o sistema de votação. Teria “instrumentalizado” a agência para uso político.
- Almir Garnier (ex-comandante da Marinha) — De acordo com a PGR, o almirante teria colocado tropas à disposição do plano.
- Mauro Cid (tenente-coronel do Exército) — É acusado de ser o porta-voz de Bolsonaro e transmitia as orientações e ordens aos membros do grupo.

Onde: sala da Primeira Turma do STF — adaptada especialmente para a audiência

- Organização:** na tribuna principal, estarão Alexandre de Moraes, Paulo Gonet e assessores. Os demais ministros também poderão acompanhar as sessões. Os réus sentarão lado a lado.

Análise da notícia // Luiz Carlos Azedo

Materialidade decidirá o destino de Bolsonaro

O relator da ação penal sobre a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, ministro Alexandre de Moraes, inicia, hoje, o interrogatório dos oito réus que formam a cúpula da conspiração golpista, entre os quais o ex-presidente Jair Bolsonaro e seu delator, o tenente-coronel Mauro Cid, o ex-ajudante de ordens da Presidência. Além do magistrado, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e as defesas poderão fazer perguntas aos réus. As defesas dos réus negam o envolvimento dos clientes e sustentam a tese de que tentativa de golpe não seria crime, porque a deposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não ocorreu.

Não é um julgamento trivial. Por todas as circunstâncias: primeiro, o processo que investiga a tentativa de golpe foi instaurado pelo então presidente

do Supremo, ministro Dias Toffoli, para investigar fake news contra ministros da Corte; segundo, o relator Alexandre de Moraes, para os advogados de defesa, não teria imparcialidade no caso, por supostamente acumular os papéis de vítima (é um dos que supostamente seria preso ou assassinado pelos golpistas), investigador, acusador e juiz.

O processo é considerado uma excepcionalidade pela própria Corte, que encampou a tese de que Moraes atua em legítima defesa do Supremo e da democracia. Também há questionamentos quanto ao fato de o julgamento, por ser uma ação penal, esteja se realizando na Primeira Turma em vez do plenário do STF, inclusive, de parte do ministro Luiz Fux, que foi derrotado nas preliminares.

Na denúncia, Bolsonaro é apontado

como líder do grupo criminoso que articulou o golpe, baseado em documentos (como a “minuta do golpe”) encontrados com auxiliares, e depoimentos que o colocam editando esse decreto. Provas sugerem intenção de intervenção militar, monitoramento de magistrados e até planos de assassinato — contra o presidente Lula, o vice-presidente Alckmin e o próprio Moraes.

A defesa dos réus contesta a tentativa de golpe, caracterizando os atos de 8 de janeiro como vandalismo, sem ligação comprovada com as ordens de Bolsonaro. Também questiona a força das provas apresentadas e aponta falhas na conexão entre Bolsonaro, que estava em Miami, nos Estados Unidos, com os atos violentos. Após concluir os depoimentos e receber argumentos finais, a Primeira Turma iniciará o julgamento das

sindicâncias, que culminará na análise pelo plenário sobre eventuais condenações ou absolvições.

Bolsonaro é acusado de crimes gravíssimos: tentativa de golpe de Estado, organização criminosa e atentado contra o Estado democrático, com penas que podem ultrapassar 40 anos de prisão. O ministro Alexandre de Moraes mantém firme a tese de que liderava um plano golpista sofisticado, com apoio de auxiliares, militares e milícias digitais, mas precisa dar materialidade à acusação. Não existe nenhum diálogo gravado ou troca de mensagem entre Bolsonaro e os demais acusados sem espaço para que se defenda.

Também prestarão depoimento os generais Walter Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil); Augusto Heleno (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional); e Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa); os delegados Anderson Torres (ex-ministro da Justiça) e Alexandre

Ramagem (deputado federal e ex-diretor da Abin); e o almirante Almir Garnier (ex-comandante da Marinha do Brasil). O processo segue em ritmo acelerado, para não se prolongar até o ano eleitoral, mas já virou um parlance político para o ex-presidente da República.

O que acontecerá quando Bolsonaro for inquirido por Moraes é imprevisível. Ao depor na Polícia Federal, recusou-se a falar, mas hoje estaria disposto a isso. Se o fizer, dirá que é inocente e questionará a legitimidade da ação penal, que precisa respeitar rigorosamente o devido processo legal, para que não possa ser anulada posteriormente, numa dessas reviravoltas do Supremo. Bolsonaro é um político, tentará politizar ao máximo uma eventual condenação à prisão. E seu julgamento influenciará as eleições de 2026, o destino do bolsonarismo e o equilíbrio institucional no país.